

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.558.370 - SP (2019/0229838-0)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
AGRAVANTE : EDNICE BOSCARATTO SALVATO
ADVOGADOS : GUILHERME GARCIA DE ANDRADE - SP339868
JHONES PEDROSA OLIVEIRA - SP402376
AGRAVADO : CLEIDE DE FATIMA MARTINS BOSCARATTO
ADVOGADOS : HENRIQUE AFONSO PIPOLO - PR025756
ALINE WALDHELM - PR045309
INTERES. : DEISY CHRISTINE BOSCARATTO
INTERES. : MARCO ANTÔNIO PARISI LAURIA
INTERES. : EDIR BOSCARATTO JUNIOR
INTERES. : EDIR BOSCARATTO - ESPÓLIO
INTERES. : JOSE CARLOS MARTINS

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por EDNICE BOSCARATTO SALVATO contra decisão que inadmitiu recurso especial. O apelo extremo, fundamentado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, insurgiu-se contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo - Conselheiro Furtado assim ementado:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO.

Irresignação em face da decisão que em ação de inventário rejeitou os embargos de declaração, mantendo a nomeação do inventariante judicial, em razão de conflito entre os herdeiros, bem como o vasto patrimônio do de cujus a ser partilhado.

Descabimento. Justificada a nomeação de inventariante judicial para o encargo, por considerar a dificuldade para a resolução da demanda e a complexidade da causa, que envolve a inventariança de bens de elevado valor patrimonial, o que tem ensejado acirramento dos herdeiros sobre a administração do espólio. A nomeação de administrador judicial, que, em princípio, possui isenção absoluta para o desempenho das funções inerentes à administração dos bens do espólio, é a medida que se impõe.

Recurso improvido" (fl. 43 e-STJ).

No recurso especial, foi alegada, além de divergência jurisprudencial, violação dos artigos 617 e 624, parágrafo único, do Código de Processo Civil de 2015.

A recorrente aduziu que, no caso, não há conflito entre os herdeiros que justifique a não observância à ordem para inventariança, estipulada nos dispositivos apontados como violados.

Após a apresentação das contrarrazões (fls. 67/71 e-STJ), o recurso foi inadmitido na origem, sobrevivendo daí o presente agravo.

É o relatório.

DECIDO.

Ultrapassados os requisitos de admissibilidade do agravo, passa-se ao exame

Superior Tribunal de Justiça

do recurso especial.

O acórdão impugnado pelo recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos n°s 2 e 3/STJ).

De início, se observa que a tese defendida pela recorrente não encontra respaldo na Jurisprudência desta Corte, onde é assente o entendimento de que a ordem estabelecida para nomeação de possíveis inventariantes não tem caráter absoluto.

A propósito:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. NOMEAÇÃO DE INVENTARIANTE. ORDEM. ART. 617 DO CPC/2015 (ART. 990 DO CPC/1973). ROL NÃO TAXATIVO. CONSONÂNCIA DO ACÓRDÃO RECORRIDO COM A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA N. 282/STF. DECISÃO MANTIDA.

1. 'A ordem de nomeação dos legitimados como inventariante prevista no art. 990 do CPC/1973 admite excepcional alteração por não apresentar caráter absoluto' (Resp n. 1.537.292/RJ, Min. Rel. RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgamento em 17/10/2017, DJe 24/10/2017).

2. A ausência do exame da matéria pelo Tribunal de origem obsta o conhecimento do recurso especial, por falta de prequestionamento, incidindo a Súmula n. 282/STF.

3. Agravo interno a que se nega provimento."

(AgInt no AREsp 1.235.431/RS, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 15/5/2018, DJe 21/5/2018)

"RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL. DIREITO DAS SUCESSÕES. AÇÃO DE INVENTÁRIO. UNIÃO ESTÁVEL. DUPLICIDADE. ALTA BELIGERÂNCIA. INVENTARIANÇA. ART. 990 DO CPC/1973. ORDEM NÃO ABSOLUTA. NOMEAÇÃO. HERDEIRA NECESSÁRIA. FILHA. POSSIBILIDADE. SÚMULA N° 211/STJ. REEXAME DE FATOS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N° 7/STJ. FUNDAMENTO NÃO ATACADO. SÚMULA N° 283/STF.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 1973 (Enunciados Administrativos n°s 2 e 3/STJ).

2. A ordem de nomeação dos legitimados como inventariante prevista no art. 990 do CPC/1973 admite excepcional alteração por não apresentar caráter absoluto.

3. Hipótese em que duas mulheres alegam a existência de união estável com o autor da herança, motivo pelo qual adequada a solução do Tribunal de origem que nomeou uma das herdeiras necessárias, no caso, a filha do falecido, como inventariante.

4. A falta de prequestionamento da matéria suscitada no recurso especial, a despeito da oposição de declaratórios, impede seu conhecimento, a teor da Súmula n° 211 do Superior Tribunal de Justiça.

5. Rever a conclusão do aresto impugnado encontra óbice na Súmula n° 7 do Superior Tribunal de Justiça, haja vista a necessidade de reexame de circunstâncias fáticas da causa.

6. A ausência de impugnação dos fundamentos do acórdão recorrido enseja o não conhecimento do recurso, incidindo o enunciado da Súmula n° 283 do Supremo Tribunal Federal.

Superior Tribunal de Justiça

7. Recurso especial não provido."

(REsp n.1.537.292/RJ, Min. Rel. RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 17/10/2017, DJe 24/10/2017)

"AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. REMOÇÃO DE INVENTARIANTE. ANIMOSIDADE ENTRE HERDEIROS. ART. 995 DO CPC/73. ROL NÃO EXAUSTIVO. POSSIBILIDADE DE REMOÇÃO E NOMEAÇÃO DE INVENTARIANTE DATIVO. REEXAME DE FATOS E PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. DECISÃO MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO.

1. Recurso especial interposto em face de acórdão que confirmou decisão que, nos autos de inventário, acatou os pedidos formulados por herdeiros em incidente de remoção de inventariante, removendo-o do cargo e nomeando inventariante dativo.

2. Segundo o Tribunal de origem, a remoção do inventariante foi justificada pelo intenso dissenso entre a maioria dos herdeiros e explícito conflito de interesses entre o inventariante e o espólio (o inventariante é sócio das empresas cujas cotas são objeto de partilha), mencionando também desídia na condução do inventário (andamento lento sem perspectiva de solução) e acusações de condutas graves na condução do cargo (utilização do acervo patrimonial para se enriquecer ilicitamente).

3. O magistrado tem a prerrogativa legal de promover a remoção do inventariante caso verifique a existência de vícios aptos, a seu juízo, a amparar a medida, mesmo que não inseridos no rol do artigo 995 do Código de Processo Civil de 1973.

4. Justifica-se a aplicação da medida de remoção quando o julgador atesta a ocorrência de situação de fato excepcional, como, por exemplo, a existência de animosidade entre as partes, fatos ou condutas que denotam desídia, má administração do espólio e mau exercício do múnus da inventariança.

5. A ordem de nomeação de inventariante, prevista no artigo 990 do Código de Processo Civil de 1973, não apresenta caráter absoluto, podendo ser alterada em situação excepcional, quando tiver o juiz fundadas razões para tanto, sendo possível a flexibilização e alteração da ordem de legitimados, inclusive com a nomeação de inventariante dativo, para se atender às peculiaridades do caso concreto. Precedentes.

6. A reforma do acórdão recorrido, quanto às razões que justificaram a remoção do inventariante e a nomeação de inventariante dativo, demandaria o reexame do acervo fático-probatório dos autos, o que é inviável no recurso especial, a teor do disposto na Súmula 7 deste Tribunal Superior.

7. Agravo interno não provido."

(AgInt no REsp n. 1.294.831/MG, Rel. Min. RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 6/6/2017, DJe 20/6/2017)

No caso, há de se registrar que a ordem de nomeação de inventariante foi devidamente justificada, devendo-se esclarecer que não cabe se averiguar, nesta oportunidade, se há ou não conflito entre os herdeiros, haja vista que se dependeria do revolvimento do contexto fático-probatório dos autos, procedimento vedado na via do recurso especial, por força da Súmula nº 7/STJ.

Ante o exposto, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Deixo de tratar dos honorários recursais (artigo 85, § 11, do CPC/2015), haja

Superior Tribunal de Justiça

vista que o recurso especial em apreço é oriundo de acórdão proferido por ocasião de julgamento de agravo de instrumento, sem fixação de honorários sucumbenciais.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator

